

Argo VI Transmissão  
de Energia S.A.

**Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício  
findo em 31 de dezembro de 2024**

# Conteúdo

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>3</b>
<b>Balanço patrimonial regulatório</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado regulatórias</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente regulatórias</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatórias</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórias</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da

**Argo VI Transmissão de Energia S.A.**

São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Argo VI Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Argo VI Transmissão de Energia S.A, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Argo VI Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 4 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Argo VI Transmissão de Energia S.A, a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

## Mensuração do ativo imobilizado

Veja a Nota 5.1 e 11 das demonstrações contábeis regulatórias

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui registrado no seu Balanço Patrimonial o montante de R\$ 560.961 mil relativo ao seu ativo imobilizado líquido. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.</p> <p>A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de transmissão. Devido à relevância do ativo imobilizado, consideramos esse assunto como o principal assunto de auditoria.</p>	<p>Avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e confrontamos os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado com os saldos contábeis. Adicionalmente, efetuamos o recálculo da depreciação do ativo imobilizado com base nas vidas úteis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE confrontando o resultado do recálculo com os saldos contábeis. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado nas demonstrações contábeis regulatórias.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tomadas em conjunto.</p>

## Outros assuntos

A Argo VI Transmissão de Energia S.A, preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de janeiro de 2025.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

ARGO VI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.  
 BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
 (Em milhares de reais - R\$)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.315	3.770	Fornecedores	13	1.791	1.144
Títulos e valores mobiliários	7.1	14.525	21.009	Encargos sociais e trabalhistas	14	191	185
Concessionárias e permissionárias	8	13.892	11.696	Obrigações tributárias	15	1.937	2.114
Contas a receber - partes relacionadas	19	62	-	Obrigações regulatórias	16	1.358	1.147
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10	960	1.860	Dividendos a pagar		539	20.817
Tributos a compensar		812	806	Contas a pagar - partes relacionadas	19	507	360
Despesas pagas antecipadamente	9	129	98	Empréstimos e Financiamentos	17	23.457	21.636
Outros Ativos		3.014	5.570	Debêntures	18	16.153	14.130
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>36.709</b>	<b>44.809</b>	Outros passivos		5.958	4.597
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>51.891</b>	<b>66.130</b>
Fundos Vinculados - Caixa restrito	7.2	27.982	25.691	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.2	3.931	4.028	Empréstimos e Financiamentos	17	199.037	219.908
Almoxarifado		2.175	2.240	Debêntures	18	64.585	75.509
Outros ativos		554	-	Contingências Passivas	20	427	957
Imobilizado	11	560.961	577.621	Obrigações vinculadas à concessão	11	81.061	83.490
Intangível	12	5.030	4.879	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>345.110</b>	<b>379.864</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>600.633</b>	<b>614.459</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>					21		
		<b>637.342</b>	<b>659.268</b>	Capital social		215.600	215.600
				Reserva de lucros		279.404	215.698
				Prejuízos acumulados		(254.663)	(229.102)
				Dividendos adicionais propostos		-	11.078
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>240.341</b>	<b>213.274</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
		<b>637.342</b>	<b>659.268</b>			<b>637.342</b>	<b>659.268</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO VI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.  
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
 (Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>OPERAÇÃO EM CONTINUIDADE</b>			
Disponibilização do sistema de transmissão	22	108.569	103.032
<b>RECEITA BRUTA</b>		<b><u>108.569</u></b>	<b><u>103.032</u></b>
<b>TRIBUTOS</b>			
(-) PIS sobre faturamento	22	(1.625)	(1.746)
(-) COFINS sobre faturamento	22	(7.485)	(8.043)
<b>ENCARGOS - PARCELA "A"</b>			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	22	(392)	(258)
FNDCT	22	(392)	(383)
MME	22	(196)	(187)
TFSEE	22	(383)	(392)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b><u>98.096</u></b>	<b><u>92.023</u></b>
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"</b>			
Serviços de terceiros	23	(9.735)	(10.267)
Materiais	23	(376)	(369)
Arrendamentos e aluguéis	23	(178)	(328)
Pessoal	23	(3.462)	(3.113)
Tributos	23	(115)	(23)
Provisão para contingência	23	567	(389)
Seguros	23	(158)	(289)
Depreciação e amortização	23	(17.688)	(15.001)
Outros	23	(523)	(67)
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>		<b><u>66.428</u></b>	<b><u>62.177</u></b>
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b><u>66.428</u></b>	<b><u>62.177</u></b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receitas financeiras	24	4.997	5.700
Despesas financeiras	24	(30.295)	(32.581)
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b><u>41.130</u></b>	<b><u>35.296</u></b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>			
Corrente	25.1	(2.349)	(1.529)
Diferido	25.1	(97)	(655)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b><u>38.684</u></b>	<b><u>33.112</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO VI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	38.684	33.112
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><b>38.684</b></u>	<u><b>33.112</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

---

ARGO VI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.  
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva			Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	Legal	de incentivos fiscais	de lucros	Dividendos adicionais propostos		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>		<b>215.600</b>	<b>10.748</b>	<b>11.695</b>	<b>190.136</b>	<b>-</b>	<b>(207.200)</b>	<b>220.979</b>
Aumento de capital com reversão de JCP								-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	33.112	33.112
Constituição de reserva legal	21	-	2.751	-	-	-	(2.751)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	21	-	-	6.102	-	-	(6.102)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	21	-	-	-	34.621	-	(34.621)	-
Dividendos intermediários aprovados		-	-	-	(40.355)	-	-	(40.355)
Dividendos mínimos obrigatórios	21	-	-	-	-	-	(462)	(462)
Dividendos adicionais propostos	21	-	-	-	-	11.078	(11.078)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>		<b>215.600</b>	<b>13.499</b>	<b>17.797</b>	<b>184.402</b>	<b>11.078</b>	<b>(229.102)</b>	<b>213.274</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	38.684	38.684
Constituição de reserva legal	21	-	3.212	-	-	-	(3.212)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	21	-	-	7.160	-	-	(7.160)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	21	-	-	-	53.334	-	(53.334)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21	-	-	-	-	-	(539)	(539)
Dividendos adicionais aprovados	21	-	-	-	-	(11.078)	-	(11.078)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>		<b>215.600</b>	<b>16.711</b>	<b>24.957</b>	<b>237.736</b>	<b>-</b>	<b>(254.663)</b>	<b>240.341</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO VI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.  
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do exercício		38.684	33.112
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.1	97	655
Imposto de renda e contribuição social corrente	25.1	2.349	-
Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	24	(4.878)	(5.964)
Provisões (reversões) para contingências passivas	20	(530)	390
Baixa de imobilizado	11	-	60
Depreciação e Amortização	11 e 12	17.688	15.001
Juros e correção monetária sobre empréstimos	17	20.035	22.027
Juros e correção monetária sobre debêntures	18	9.663	10.303
<b>Caixa gerado pelas operações</b>		<b><u>83.108</u></b>	<b><u>75.584</u></b>
<b>Aumento (redução) nos ativos operacionais:</b>			
Concessionárias e permissionárias	8	(2.196)	(619)
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10	1.097	475
Tributos a compensar		(6)	(41)
Despesas pagas antecipadamente	9	(31)	321
Contas a receber - partes relacionadas		(62)	-
Almoxarifado		65	-
Outros ativos		2.002	(3.105)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores	13	647	756
Encargos sociais e trabalhistas	14	6	185
Obrigações tributárias	15	(177)	1.093
Obrigações regulatórias	16	211	54
Contas a pagar - partes relacionadas	19	147	(4)
Outros passivos		1.361	2.950
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.546)	(1.535)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b><u>83.626</u></b>	<b><u>76.114</u></b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição de imobilizado e intangível	11 e 12	(3.608)	(317)
Aplicação em Títulos e valores mobiliários	7.1	(61.713)	(72.614)
Resgates em Títulos e valores mobiliários	7.1	70.509	68.157
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>		<b><u>5.188</u></b>	<b><u>(4.774)</u></b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos pagos		(31.895)	(20.000)
Pagamento de juros de empréstimos	17	(18.162)	(19.584)
Pagamento principal de empréstimos	17	(20.923)	(19.208)
Pagamento de principal de debêntures	18	(9.049)	(10.128)
Pagamento de juros de debêntures	18	(9.515)	(6.250)
Aplicações em Fundos vinculados - Caixa restrito	7.2	(18.710)	(22.824)
Resgates em Fundos vinculados - Caixa restrito	7.2	18.985	19.716
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b><u>(89.269)</u></b>	<b><u>(78.278)</u></b>
<b>REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
		<b><u>(455)</u></b>	<b><u>(6.938)</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	3.315	3.770
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	3.770	10.708
<b>REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b><u>(455)</u></b>	<b><u>(6.938)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**

*(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)*

### **1 Informações gerais**

A Argo VI Transmissão de Energia S.A. (“Argo VI” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituída em 12 de maio de 2014 e estabelecida na Rua Tabapuã 841 – 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo – SP.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em dezembro de 2021, a Companhia solicitou junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM o registro na categoria B, sendo a pedido diferido em 21 de março de 2022.

Em 29 de julho de 2022, a Argo Empreendimentos e Participações S.A. assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações com a Brasil Energia Fundo de Investimento, para a aquisição de 100% das ações da Esperanza Transmissora de Energia S.A., antiga denominação social da Argo VI

Em 30 de novembro de 2022, a controladora Argeb Empreendimentos e Participações S.A. assumiu o controle da referida empresa, alterando sua razão social de Esperanza Transmissora de Energia S.A. para Argo VI Transmissão de Energia S.A., e alterando também, sua sede para a Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Essa transferência de controle foi anuída previamente pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022.

#### **1.1 Concessão**

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 18/2014 - ANEEL, datado de 05 de setembro 2014, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos: SE 500/230/13,8 kV Gentio do Ouro II;

- LT 500 kV Quixadá - Açú III, 241 km;
- LT 500 kV Açú III - João Câmara III, 126 km;
- LT 500 kV João Câmara III - Ceará Mirim II, 61,45 km; e
- LT 230 kV João Câmara II - Ceará Mirim, 65 km;
- LT 500 kV Açú III - João Câmara III, 126 km.

Em 14 de março de 2018, conforme Carta ONS - 0238 - DTA - 2018 foi emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico o Termo de Liberação Definitivo (TLD) da Argo VI.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 48.835 (valor histórico) na data do leilão e atualizada para R\$ 99.779 (valor para o ciclo 2024-2025) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial.

Em maio de 2023, a subestação Jandaíra iniciou sua operação comercial, a Companhia recebeu a subestação com seus ativos como doação da ALUPAR, e recebe uma RAP de O&M por ser responsável pela operação e manutenção dos ativos recebidos.

Em 2024, a Companhia realizou a aquisição de um terreno no montante de R\$ 257 que conforme Despacho nº 323/2023 é um investimento considerado como reforço de pequeno porte e irá gerar uma RAP adicional a partir da próxima Revisão Tarifária Periódica que ocorrerá no próximo ciclo da RAP (2025-2026).

## **1.2 Capital circulante líquido - CCL**

A Companhia apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o montante de capital circulante líquido negativo de R\$ 15.182. Destacam-se como principais fatores para este cenário os montantes a pagar no curto prazo das parcelas de empréstimos e debêntures contratados pela Companhia. Dentro deste contexto, seguindo o planejamento financeiro da Companhia, considerando o recebimento da receita pela disponibilização do sistema de transmissão a Companhia entende que possui liquidez satisfatória, e ressalta que conta com disponibilidade de linhas de crédito junto as instituições financeiras para honrar seus compromissos de curto prazo, se necessário.

## **2 Setor elétrico no Brasil**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A prestação do serviço público de transmissão é uma atividade regulada, concedida de acordo com os contratos de concessão de transmissão, feita por linhas e subestações que integram a rede básica.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica.

As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado pelo Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

As concessionárias deverão manter o controle segregado, em registros auxiliares, dos bens relativos à conexão daqueles relacionados às demais instalações de transmissão.

## **3 Licenças Ambientais**

O órgão responsável pelo licenciamento ambiental de Argo VI Transmissão de Energia S.A de . é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Argo VI Transmissão de Energia S.A. apresenta o seguinte prazo de validade da licença ambiental requerida para a operação da LT 230 kV Ceará-Mirim II - João Câmara II, LT 500 kV Açú III – João Câmara III, LT 500 kV João Câmara III - Ceará-Mirim II, LT 500 kV Quixadá - Açú III C1, SE Açú III, SE Monte Verde, SE Jandaira, Seccionamento da LT 500kV Açú III e Seccionamento da LT 500kV Monte Verde:

- Licença de Operação nº 135580/2019, obtida em 24 de outubro de 2019 e válida por 06 anos.
- Licença de Operação nº 138667/2019, obtida em 23 de janeiro de 2020 e válida por 06 anos.
- Licença de Operação nº 153241/2020, obtida em 25 de novembro de 2020 e válida por 06 anos.
- Licença de Operação nº 02001.005134/2014, obtida em 06 de março de 2028 e válida por 10 anos.
- Licença de Operação nº 174137/2021, obtida em 28 de junho de 2022 e válida por 6 anos.
- Licença de Operação nº 185495/2022, obtida em 23 de março de 2023 e válida por 6 anos.
- Licença de Operação nº 157171/2020, obtida em 12 de fevereiro de 2021 e válida por 6 anos.
- Licença de Operação nº 169308/2021, obtida em 15 de março de 2022 e válida por 6 anos.

Adicionalmente, para obtenção e manutenção de licenças, são necessárias autorizações e anuências específicas de diversos órgãos intervenientes.

## **4 Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

### **4.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021. As Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Financeiras Societárias da outorgada, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo “IASB – International Accounting Standards Board”.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e as demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis do MCSE e as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo “IASB – International Accounting Standards Board” estão descritas na nota explicativa nº 28A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As emissões das demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas pela Administração em 31 de março de 2025.

### **4.2 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

### **4.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações contábeis regulatórias estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

### **4.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

- **Avaliação de instrumentos financeiros** – são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 26 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- **Depreciação de ativos imobilizados:** itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015.

- **Amortização de ativos intangíveis:** a amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.
- **Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:** são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos quando aplicável, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra o quais serão utilizados.

- **Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis** – A Companhia constitui provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

A Companhia, também, constitui provisão com base nos relatórios dos seus consultores jurídicos para processos nas esferas trabalhista, cível, fiscal e/ou ambiental quando a expectativa de perda é provável, e a Companhia consta como ré do processo.

## 5 Políticas contábeis materiais

### 5.1 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração – Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante do funcionamento de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não depreciados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

### 5.2 Intangível

Reconhecimento e mensuração – registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

### **5.3 Reconhecimento de receita**

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida – RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato do Uso do Sistema de Transmissão – CUST, que estabelece os termos e as condições que regulam a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição essa de inteira responsabilidade do ONS.

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

### **5.4 Caixa e equivalente de caixa**

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### **5.5 Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **5.5.1 Ativos financeiros**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Na análise para classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- **Custo amortizado:** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixas contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** Se a Companhia possui o ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

#### *Custo amortizado*

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

#### *Valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

### **5.5.2 Passivos financeiros**

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### **5.5.3 Classificação dos instrumentos financeiros**

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

<b>Ativo/Passivo Financeiro</b>	<b>Classificação</b>
Caixa, equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado
Fundo vinculado – Caixa restrito	Valor justo através do resultado
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado
Outros ativos	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado
Outros passivos	Custo amortizado

## 5.6 Redução ao valor recuperável (“*Impairment*”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A Companhia não identificou perdas (“*impairment*”) a serem reconhecidos no exercício apresentado.

## 5.7 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e perdas reconhecidas por redução ao valor recuperável aos ativos financeiros, quando aplicável.

## 5.8 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

## 5.9 Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

## 5.10 Demonstração dos fluxos de caixa

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com o Manual Contábil do Setor Elétrico.

## 6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e depósitos bancários	3.315	3.770
<b>Total</b>	<b><u>3.315</u></b>	<b><u>3.770</u></b>

## 7 Títulos e valores mobiliários

### 7.1 Circulante

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Títulos e valores mobiliários	14.525	21.009
<b>Total</b>	<b>14.525</b>	<b>21.009</b>

(\*) Aplicações financeiras que representam investimentos em títulos mobiliários, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 96,47% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (107,05% do CDI em 31 de dezembro de 2023). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras. Tal variação foi impactada devido a uma revisão no procedimento de aplicação financeira, e, no regulamento dos fundos, concentrando sua exposição ao crédito em instituições financeiras de primeira linha e títulos públicos federais, o que resultou naturalmente em queda de rentabilidade.

### 7.2 Fundos vinculados – Caixa restrito

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Conta Reserva	27.982	25.691
<b>Total</b>	<b>27.982</b>	<b>25.691</b>

(\*) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas como “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures. Por entender que os fundos vinculados são originados pela emissão das dívidas, a Companhia classifica seu impacto nas demonstrações dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento. Em 31 de dezembro de 2024, a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimentos de renda fixa com títulos públicos referenciado FI no Banco Bradesco com remuneração média de 93,26% do CDI (99,74% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) A composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimentos

## 8 Concessionárias e permissionárias

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Encargos de Uso de Rede Elétrica	13.892	11.696
<b>Total</b>	<b>13.892</b>	<b>11.696</b>

A Companhia não contabiliza provisão para perdas de crédito esperadas, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	Valores Correntes							
	Correntes a vencer		Correntes a vencer					
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso de Rede Elétrica	9.787	-	970	431	534	2.170	13.892	11.696
	<b>9.787</b>	<b>-</b>	<b>970</b>	<b>431</b>	<b>534</b>	<b>2.170</b>	<b>13.892</b>	<b>11.696</b>

## 9 Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Seguros a apropriar	129	98
Total	<u>129</u>	<u>98</u>

(\*) Refere-se a apólices de seguro assumidas pela companhia conforme descrito na nota explicativa nº 27.

## 10 Imposto de renda e contribuição social a compensar

O detalhamento do montante para 31 de dezembro de 2024 e 2023 encontra-se logo abaixo:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda e contribuição social a compensar	960	1.860
Total	<u>960</u>	<u>1.860</u>

## 11 Imobilizado

A movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está representada no quadro abaixo:

Ativo Imobilizado em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
<b>Transmissão</b>	<b>695.295</b>	-	-	257	<b>695.552</b>	<b>257</b>	<b>(139.057)</b>	<b>556.495</b>	<b>576.353</b>	<b>86.091</b>	<b>(5.030)</b>	<b>81.061</b>
Terrenos	280	-	-	257	537	257	-	537	280	280	-	280
Edificações, obras civis e benfeitorias	37.045	-	-	-	37.045	-	(4.135)	32.910	34.187	28.113	(1.666)	26.447
Máquinas e equipamentos	657.970	-	-	-	657.970	-	(134.922)	523.048	541.886	57.698	(3.364)	54.334
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>12</b>	-	-	<b>634</b>	<b>646</b>	<b>634</b>	<b>(3)</b>	<b>643</b>	<b>11</b>	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	12	-	-	634	646	634	(3)	643	11	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>695.307</b>	-	-	<b>891</b>	<b>696.198</b>	<b>891</b>	<b>(139.060)</b>	<b>557.138</b>	<b>576.364</b>	<b>86.091</b>	<b>(5.030)</b>	<b>81.061</b>
Ativo Imobilizado em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
<b>Transmissão</b>	<b>1.257</b>	<b>3.608</b>	-	<b>(1.042)</b>	<b>3.823</b>	<b>2.566</b>	-	<b>3.823</b>	<b>1.257</b>	-	-	-
Máquinas e equipamentos	1.010	812	-	(785)	1.037	27	-	1.037	1.010	-	-	-
Outros	247	2.796	-	(257)	2.786	2.539	-	2.786	247	-	-	-
<b>Administração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.257</b>	<b>3.608</b>	-	<b>(1.042)</b>	<b>3.823</b>	<b>2.566</b>	-	<b>3.823</b>	<b>1.257</b>	-	-	-
<b>Total do ativo imobilizado</b>	<b>696.564</b>	<b>3.608</b>	-	<b>(151)</b>	<b>700.021</b>	<b>3.457</b>	<b>(139.060)</b>	<b>560.961</b>	<b>577.621</b>	<b>86.091</b>	<b>(5.030)</b>	<b>81.061</b>

*Argo VI Transmissão de Energia S.A.*  
*Demonstrações Contábeis Regulatórias*  
*Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024*

Ativo Imobilizado em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
<b>Transmissão</b>	<b>643.291</b>	<b>52.064</b>	<b>(60)</b>	-	-	<b>695.295</b>	<b>52.004</b>	<b>(118.942)</b>	<b>576.353</b>	<b>541.445</b>	<b>86.091</b>	<b>(2.601)</b>	<b>83.490</b>
Terrenos	280	-	-	-	-	280	-	-	280	280	280	-	280
Edificações, obras civis e benfeitorias	17.870	19.175	-	-	-	37.045	19.175	(2.858)	34.187	15.980	28.113	(797)	27.316
Máquinas e equipamentos	625.141	32.889	(60)	-	-	657.970	32.829	(116.084)	541.886	525.185	57.698	(1.804)	55.894
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>	-	<b>12</b>	-	-	-	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>(1)</b>	<b>11</b>	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	12	-	-	-	12	12	(1)	11	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>643.291</b>	<b>52.076</b>	<b>(60)</b>	-	-	<b>695.307</b>	<b>52.016</b>	<b>(118.943)</b>	<b>576.364</b>	<b>541.445</b>	<b>86.091</b>	<b>(2.601)</b>	<b>83.490</b>

Ativo Imobilizado em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
<b>Transmissão</b>	<b>3.947</b>	<b>245</b>	-	<b>(2.935)</b>	-	<b>1.257</b>	<b>(2.690)</b>	-	<b>1.257</b>	<b>3.947</b>	-	-	-
Máquinas e equipamentos	1.010	-	-	-	-	1.010	-	-	1.010	1.010	-	-	-
Outros	2.937	245	-	(2.935)	-	247	(2.690)	-	247	2.937	-	-	-
<b>Administração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

<b>Subtotal</b>	<b>3.947</b>	<b>245</b>	<b>-</b>	<b>(2.935)</b>	<b>-</b>	<b>1.257</b>	<b>(2.690)</b>	<b>-</b>	<b>1.257</b>	<b>3.947</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo imobilizado</b>	<b>647.238</b>	<b>52.321</b>	<b>(60)</b>	<b>(2.935)</b>	<b>-</b>	<b>696.564</b>	<b>49.326</b>	<b>(118.943)</b>	<b>577.621</b>	<b>545.392</b>	<b>86.091</b>	<b>(2.601)</b>	<b>83.490</b>

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado é como segue:

<b>Adições do Ativo Imobilizado</b>	<b>Serviços de terceiros</b>	<b>Outros gastos</b>	<b>Total</b>
Máquinas e equipamentos	812	2.796	3.608
<b>Total das Adições</b>	<b>812</b>	<b>2.796</b>	<b>3.608</b>

As principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

**Adições – Imobilizado em serviço**

<b>Descrição do Bem</b>	<b>em R\$ Mil</b>
1. SWITCH	372
2. TERRENO	257
3. FIREWALL APPLIANCE 1000MBPS 10/100/1000	104
4. SWITCH 10/1000 12+2+2P RJ45/SFP/GBE	103
5. LICENCA SOFTWARE	71
6. INVERSOR TENSAO BIFASICO	47
7. LICENCA SOFT IP SERVICES FOR IND SWITCH	46
8. LICENCA SOFTWARE	34
9. COMPUTADOR PORTATIL	9

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/15, são as seguintes:

<b>Transmissão</b>	<b>Taxas anuais de depreciação (%)</b>
Condutor do sistema	2,70%

Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	2,70%
Religadores	4,00%
Barramento	2,55%
Transformador	3,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecaria sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 691/2015, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## 12 Intangível

A movimentação do ativo intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está representada no quadro abaixo:

Ativo Intangível em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
<b>Transmissão</b>	<b>2.704</b>	-	-	-	-	<b>2.704</b>	-	-	<b>2.704</b>	<b>2.704</b>
Servidões	2.704	-	-	-	-	2.704	-	-	2.704	2.704
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>	-	-	-	<b>151</b>	-	<b>151</b>	<b>151</b>	-	<b>151</b>	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	151	-	151	151	-	151	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>2.704</b>	-	-	<b>151</b>	-	<b>2.855</b>	<b>151</b>	-	<b>2.855</b>	<b>2.704</b>

  

Ativo Intangível em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
<b>Transmissão</b>	<b>2.175</b>	-	-	-	-	<b>2.175</b>	-	-	<b>2.175</b>	<b>2.175</b>
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	2.175	-	-	-	-	2.175	-	-	2.175	2.175

*Argo VI Transmissão de Energia S.A.*  
*Demonstrações Contábeis Regulatórias*  
*Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024*

<b>Administração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>2.175</b>	-	-	-	-	<b>2.175</b>	-	<b>2.175</b>	<b>2.175</b>	
<b>Total do ativo Intangível</b>	<b>4.879</b>	-	-	<b>151</b>	-	<b>5.030</b>	<b>151</b>	-	<b>5.030</b>	<b>4.879</b>

Ativo Intangível em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
<b>Transmissão</b>	<b>2.704</b>	-	-	-	-	<b>2.704</b>	-	-	<b>2.704</b>	<b>2.704</b>
Servidões	2.704	-	-	-	-	2.704	-	-	2.704	2.704
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>2.704</b>	-	-	-	-	<b>2.704</b>	-	-	<b>2.704</b>	<b>2.704</b>

Ativo Intangível em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
<b>Transmissão</b>	<b>2.175</b>	-	-	-	-	<b>2.175</b>	-	-	<b>2.175</b>	<b>2.175</b>
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	2.175	-	-	-	-	2.175	-	-	2.175	2.175
<b>Administração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

*Argo VI Transmissão de Energia S.A.*  
*Demonstrações Contábeis Regulatórias*  
*Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024*

Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>2.175</b>	-	-	-	-	<b>2.175</b>	-	<b>2.175</b>	<b>2.175</b>
<b>Total do ativo Intangível</b>	<b>4.879</b>	-	-	-	-	<b>4.879</b>	-	<b>4.879</b>	<b>4.879</b>

### 13 Fornecedores

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores nacionais	1.791	1.144
<b>Total</b>	<b><u>1.791</u></b>	<b><u>1.144</u></b>

### 14 Encargos Sociais e Trabalhistas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Salários	22	12
Provisão de bônus	75	64
Provisão de férias	46	55
Encargos trabalhistas	48	54
<b>Total</b>	<b><u>191</u></b>	<b><u>185</u></b>

### 15 Obrigações tributárias

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pis e Cofins	1.704	1.764
ICMS	89	6
ISS de terceiros	-	43
Outros tributos	144	301
<b>Total</b>	<b><u>1.937</u></b>	<b><u>2.114</u></b>

### 16 Obrigações regulatórias

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para P&D	1.246	996
Encargos regulatórios a recolher	112	151
<b>Total</b>	<b><u>1.358</u></b>	<b><u>1.147</u></b>

(\*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

## 17 Empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

Juros - curto prazo	Principal - curto prazo	Principal + juros - longo prazo	Total
722	22.735	199.037	222.494

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

Saldo final 31/12/2022	Juros e variação monetária	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Saldo final 31/12/2023	Juros e variação monetária	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Saldo final 31/12/2024
258.309	22.027	(19.208)	(19.584)	241.544	20.035	(20.923)	(18.162)	222.494
<b>258.309</b>	<b>22.027</b>	<b>(19.208)</b>	<b>(19.584)</b>	<b>241.544</b>	<b>20.035</b>	<b>(20.923)</b>	<b>(18.162)</b>	<b>222.494</b>

Em 20 de abril de 2017, a Argo VI firmou um contrato de financiamento com o BNDES, no montante total de R\$ 297.982, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão que fazem parte do escopo do projeto. Sobre o contrato de financiamento incidirão juros de 2,12% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os Subcréditos são pagos em 268 (duzentos e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas e a amortização iniciou em 15 de setembro de 2018, e sua liquidação está prevista para 15 de agosto de 2032. A Companhia considera que os juros pagos pelo contrato de financiamento captados são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.

Instituição financeira	Data da captação	Tipo de garantia	Indexador ou juros	Spread (a.a.)	Data próximo pgto juros	Frequência pgto juros	Data próxima amortização	Vencimento final	Frequência amortização	Sistemática amortização
BNDES	20/04/2017	Fiança	TJLP	2,12%	15/04/2025	Mensal	15/04/2025	15/08/2032	Mensal	Price

### Vencimento das parcelas

Em 31 de dezembro de 2024, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2024</u>
2026	24.579
2027	26.573
2028	28.729
2029 em diante	119.156
<b>Total</b>	<b><u>199.037</u></b>

### Garantias

Para fins contratuais, são considerados como Instrumentos de Garantia todas as garantias reais presentes e futuras outorgadas pela Contratante em favor do BNDES, conforme aplicável, no âmbito do Contrato BNDES ('Instrumentos de Garantia), incluindo, mas não se limitando ao:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo VI;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

### Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de financiamento.

## 18 Debêntures

A composição das debêntures emitidas pela Companhia é como segue:

Juros - curto prazo	Principal - curto prazo	Principal + juros - longo prazo	Total
6.061	10.092	64.585	80.738

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

Saldo final 31/12/2022	Juros e Variação monetária	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Saldo final 31/12/2023	Juros e Variação monetária	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Saldo final 31/12/2024
95.714	10.303	(10.128)	(6.250)	89.639	9.663	(9.049)	(9.515)	80.738
<b>95.714</b>	<b>10.303</b>	<b>(10.128)</b>	<b>(6.250)</b>	<b>89.639</b>	<b>9.663</b>	<b>(9.049)</b>	<b>(9.515)</b>	<b>80.738</b>

Em 09 de novembro de 2017, a Argo VI realizou a primeira emissão de debêntures, de distribuição pública com esforços restritos (“ICVM 476”) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$ 87.000, com vencimento em setembro de 2030 e taxa de remuneração de IPCA + 6,7968% a.a., destinadas à composição da estrutura de capital da Companhia para a implantação das instalações de transmissão objeto do Lote A – Leilão nº 18/2014-ANEEL. A Companhia considera que os juros pagos pela emissão de debêntures são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.

### Vencimento das parcelas

Em 31 de dezembro de 2024, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2024</u>
2026	18.551
2027	16.424
2028	9.390
2029 em diante	20.220
<b>Total</b>	<b><u>64.585</u></b>

### Garantias

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia.
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.

- Conta reserva do serviço da dívida, preenchida com recursos no valor equivalente a uma parcela do valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato

### Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras tais como compliance com leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento das cláusulas restritivas.

## 18.1 Dívida líquida

Dívida bruta	Nota	Juros de curto prazo	Principal de curto prazo	Principal e juros de LP	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e Financiamentos	17	722	22.735	199.037	222.494	241.544
Debêntures	18	6.061	10.092	64.585	80.738	89.639
<b>Ativos Financeiros</b>						
Caixa e equivalente de caixa	6	-	3.315	-	3.315	3.770
Fundo vinculado - caixa restrito	7.2	-	-	27.982	27.982	25.691
Títulos e valores mobiliários	7.1	-	14.525	-	14.525	21.009
<b>Dívida Líquida</b>		<b>6.783</b>	<b>14.987</b>	<b>235.640</b>	<b>257.410</b>	<b>280.713</b>

## 19 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo passivo com partes relacionadas no montante de R\$ 507 (R\$ 360 em 31 de dezembro de 2023) representa despesas incorridas a serem pagas as empresas do grupo.

Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos	Vigência	31/12/2024		31/12/2023	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Argo Energia Empreendimentos e Participações S/A	31/07/2029	33	-	-	-
Argo Transmissão de Energia S/A	31/07/2029	-	507	-	360
Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S/A	31/07/2029	29	-	-	-
		<b>62</b>	<b>507</b>	<b>-</b>	<b>360</b>

<u>Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos</u>	<u>Vigência</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
		<u>Resultado</u>	<u>Resultado</u>
Argo Energia Empreendimentos e Participações S/A	31/07/2029	33	-
Argo Transmissão de Energia S/A	31/07/2029	(3.271)	(4.145)
Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S/A	31/07/2029	29	-
		<u>(3.209)</u>	<u>(4.145)</u>

## 19.1 Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 8.370, respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é registrada e paga pela Argo Transmissora de Energia S.A. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	3.226	3.631
Encargos sociais	1.389	1.747
Bônus	3.755	2.925
<b>Total</b>	<u><b>8.370</b></u>	<u><b>8.303</b></u>

## 20 Provisão para contingências

A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, cível, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2024 na opinião de seus assessores jurídicos externos, os processos judiciais de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas com probabilidade de perda provável perfazem o montante de R\$ 427 (R\$ 957 em 31 de dezembro de 2023).

	<b>Contingência Trabalhista</b>	<b>Contingência Fiscal</b>	<b>Contingência cível</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	13	389	555	<b>957</b>
<b>Constituição</b>	-	38	-	<b>38</b>
<b>Reversão</b>	(13)	-	(555)	<b>(568)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	-	427	-	<b>427</b>

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia é parte, ainda, em processos judiciais e administrativos cujo prognóstico de perda seja provável no montante de R\$ 21.993, tal montante já foi pago pela outra parte responsável do processo, conforme

descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2024, mesmo com o recolhimento em juízo da parte responsável “CYMI”, esse processo ainda transita em julgado e o histórico está destacado conforme descrito abaixo:

Em 27 de fevereiro de 2023, foi publicado no Diário Oficial da União o Despacho ANEEL nº 404, de 14 de fevereiro de 2023, referente à decisão da Diretoria Colegiada da ANEEL em face ao Recurso Administrativo apresentado pela concessionária Argo VI, atual denominação da Esperanza Transmissora de Energia S.A., no âmbito do Processo nº 48500.006280/2018-92, que decidiu por (i) não reconhecer a excludente de responsabilidade em vista do atraso na entrada em operação comercial da Linha de Transmissão 500 kV Quixadá - Açú III referente ao Contrato de Concessão nº 018/2014-ANEEL; (ii) aplicar a penalidade de multa prevista no Edital do Leilão nº 013/2013-ANEEL, no valor atualizado, até outubro de 2022, de R\$ 21.993; (iii) em caso de não pagamento da multa, determinar a execução da Garantia de Fiel Cumprimento em valor suficiente para quitação da referida multa e; (iv) confirmado o devido pagamento total da multa, caso não existam eventuais débitos perante a ANEEL, liberar a garantia de fiel cumprimento aportada.

Em face da referida decisão, em 06 de março de 2023, foi apresentado tempestivamente o pedido de reconsideração junto à ANEEL, o qual se encontra pendente de julgamento pelo colegiado do referido órgão. Adicionalmente, houve a propositura de medida judicial (Mandado de Segurança), com caráter liminar, visando à suspensão da exigibilidade da multa cobrada pela ANEEL, enquanto a discussão é tratada administrativamente. Registre-se que o pleito liminar foi negado em primeira instância, não tendo a Argo VI obtido sucesso na suspensão da exigibilidade da multa até a data limite para o pagamento, em 20 de março de 2023.

Dessa forma, no próprio dia 20 de março de 2023, a Argo VI procedeu à retirada da Guia de Recolhimento da União - GRU para pagamento da referida multa, que foi tempestivamente adimplida, porém sem o efetivo desembolso do montante pela Companhia. A guia com o valor integral da multa de R\$ 21.993 foi quitada diretamente pela Cymi Construções e Participações S.A. (“CYMI”), em cumprimento às obrigações e responsabilidades pactuadas no âmbito de instrumentos contratuais vigentes entre a Companhia e as empresas do grupo CYMI.

### **Contingências passivas com avaliação de risco possível**

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia é parte em processos judiciais com prognóstico de perda possível no montante de R\$ 39.629 (R\$ 52.280 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$ 34.712 são de natureza cível e R\$ 4.917 de natureza regulatória.

## **21 Patrimônio líquido**

Através do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022, ficou consignado a aprovação de pedido de anuência prévia de transferência de controle societário do Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia para Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 215.600.280 (duzentos e quinze milhões, seiscentos mil, duzentos e oitenta reais), dividido em 215.600.280 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Acionistas				
Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A.	215.600.280	100%	215.600.280	100%

### **21.1 Reservas de lucros**

#### **21.1.1 Reserva legal**

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

### 21.1.2 Retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia destinou R\$ 53.334 para constituição de reserva de retenção de lucros com o objetivo de preservar os investimentos futuros para conclusão da linha de transmissão de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

### 21.1.3 Incentivos fiscais

Foi garantido a Companhia Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027.

## 21.2 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95.

Em abril de 2024, a Companhia aprovou a distribuição de R\$ 11.078 a título de dividendos adicionais conforme proposta de distribuição do resultado do exercício de 2023.

Em setembro de 2024, a Companhia efetuou o pagamento no montante de R\$ 31.895 referente aos dividendos adicionais aprovados de exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia distribuiu R\$ 539 a título de dividendos mínimos obrigatórios.

## 22 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Uso de rede elétrica de transmissão faturado	108.569	100.401
Receita Despacho 1844/17	-	2.631
<b>Receita bruta</b>	<b><u>108.569</u></b>	<b><u>103.032</u></b>
<b>(-) Abatimentos</b>		
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(9.110)	(9.789)
(-) Encargos regulatórios	(1.363)	(1.220)
<b>Receita líquida</b>	<b><u>98.096</u></b>	<b><u>92.023</u></b>

## 23 Custos e despesas por natureza

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Custo gerenciáveis - Parcela "B"</b>		
Pessoal	(3.462)	(3.113)
Materiais	(376)	(369)
Serviços de terceiros	(9.735)	(10.267)
Arrendamentos e aluguéis	(178)	(328)
Depreciação e Amortização	(17.688)	(15.001)
Seguros	(158)	(289)

Tributos	(115)	(23)
Provisão para contingência	567	(389)
Outros	(523)	(67)
<b>Total</b>	<b>(31.668)</b>	<b>(29.846)</b>

### 23.1 Pessoal e administradores

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Pessoal</b>	<b>(3.430)</b>	<b>(3.094)</b>
Remuneração	(1.544)	(1.718)
Encargos	(590)	(642)
Previdência privada - corrente	(58)	(63)
Despesas rescisórias	(63)	(24)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(637)	(220)
Outros benefícios - Corrente	(538)	(427)
<b>Administradores</b>	<b>(32)</b>	<b>(19)</b>
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(32)	(19)
<b>Total</b>	<b>(3.462)</b>	<b>(3.113)</b>

## 24 Resultado financeiro

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Receitas financeiras:</b>		
Receitas de aplicações financeiras	4.878	5.964
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(228)	(277)
Outras receitas financeiras	347	14
<b>Total</b>	<b>4.997</b>	<b>5.700</b>
<b>Despesas financeiras:</b>		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(21)	(23)
Juros e variação monetária	(29.697)	(32.331)
Outras despesas financeiras	(576)	(227)
<b>Total</b>	<b>(30.295)</b>	<b>(32.581)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(25.298)</b>	<b>(26.881)</b>

## 25 Imposto de renda e contribuição social

### 25.1 Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Lucro antes dos tributos sobre o Lucro</b>	41.130	35.296
Alíquota nominal	34%	34%
<b>Expectativa de IRPJ e CSLL</b>	<b>(13.984)</b>	<b>(12.001)</b>
Benefício fiscal (*)	7.160	6.318
Prejuízo fiscal e base negativa	715	7.282
Adições e exclusões permanentes	100	585
Bônus Diretores (IRPJ 25%)	(39)	-
Outros	8.494	-
<b>Constituição de IRPJ e CSLL diferidos</b>	<b>(97)</b>	<b>(655)</b>
<b>Constituição de IRPJ e CSLL corrente</b>	<b>(2.349)</b>	<b>(1.529)</b>
Alíquota efetiva	5,95%	6,19%

(\*) Devido ao fato de sua linha de transmissão estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Para fins regulatórios todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o IRPJ e CSLL diferidos.

## 25.2 Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<b>Ativo (a)</b>	<b>Passivo (b)</b>	<b>Líquido</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>4.683</b>	-	<b>4.683</b>
Constituição de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal	(343)	-	(343)
Ajuste de diferido com base em exercícios anteriores	(312)	-	(312)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>4.028</b>	-	<b>4.028</b>
Compensação do prejuízo fiscal	(107)	-	(107)
Ajuste de diferido com base em exercícios anteriores	10	-	10
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>3.931</b>	-	<b>3.931</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do contrato de concessão.

## 26 Instrumentos financeiros

### 26.1 Hierarquia do valor justo

	Nota	Hierarquia	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativos financeiros:</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado:</b>						
Títulos e valores mobiliários	7.1	2	14.525	21.009	14.525	21.009
Fundos vinculados – caixa restrito	7.2	2	27.982	25.691	27.982	25.691
<b>Total</b>			<b>42.507</b>	<b>46.700</b>	<b>42.507</b>	<b>46.700</b>

**Empréstimos e recebíveis:**

Caixa e equivalentes de caixa	6	2	3.315	3.770	3.315	3.770
Concessionárias e permissionárias	8	2	13.892	11.696	13.892	11.696
Outros ativos		2	3.014	5.570	3.014	5.570
<b>Total Ativo</b>			<b>20.221</b>	<b>21.036</b>	<b>20.221</b>	<b>21.036</b>

**Passivos financeiros:**

**Outros passivos financeiros:**

Fornecedores	13	2	1.791	1.144	1.791	1.144
Contas a pagar - partes relacionadas	19	2	507	360	507	360
Empréstimos e Financiamentos	17	2	222.494	241.544	222.494	241.544
Debêntures	18	2	80.613	87.572	80.738	89.639
Outros passivos		2	5.958	4.597	5.958	4.597
<b>Total Passivo</b>			<b>311.363</b>	<b>335.217</b>	<b>311.488</b>	<b>337.284</b>

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico:

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações contábeis regulatórias. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

### 26.1.1 Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data findo em 31 de dezembro de 2024.

### 26.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

### 26.2.1 Risco de Crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2024, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber de concessionárias e permissionárias é de R\$ 13.892 (R\$ 11.696 em 31 de dezembro de 2023).

### 26.2.2 Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

### 26.2.3 Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) Empréstimos e debêntures.

### 26.2.4 Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2024, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	<b>Próximos 12 meses</b>	<b>Entre 13 e 24 meses</b>	<b>Entre 25 e 36 meses</b>	<b>37 meses em diante</b>
Fornecedores	1.791	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	23.457	24.579	26.573	147.885
Debêntures	16.153	18.551	16.424	29.610
Contas a pagar - partes relacionadas	507	-	-	-
<b>Total</b>	<b>41.908</b>	<b>43.130</b>	<b>42.997</b>	<b>177.495</b>

### 26.3 Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2024, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2024, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações financeiras, disponíveis no website da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 12,15% ao ano, para o IPCA é de 4,96% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2024 é de 7,43% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Operação	Risco	Total	Cenário		
			I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	3.315	403	302	202
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	14.525	1.765	1.324	883
Fundos restritos	Redução do CDI	27.982	3.400	2.550	1.700
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>		<b>45.822</b>	<b>5.568</b>	<b>4.176</b>	<b>2.785</b>
Empréstimos e Financiamentos	Aumento da TJLP	222.494	16.531	12.398	8.266
Debêntures	Aumento do IPCA	80.613	3.998	2.999	1.999
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>		<b>303.107</b>	<b>20.529</b>	<b>15.397</b>	<b>10.265</b>

## 27 Seguros

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros é como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Valor segurado</u>	<u>Vigência</u>
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora	200.000	07/09/2025
Seguros - Responsabilidade civil	Chubb	50.000	07/09/2025

## 28 Conciliação das demonstrações contábeis societárias e demonstrações contábeis regulatórias

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:



<b><u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>	<b><u>Nota</u></b>	<b><u>Societário</u></b>	<b><u>Ajustes</u></b>	<b><u>Regulatório</u></b>	<b><u>Societário</u></b>	<b><u>Ajustes</u></b>	<b><u>Regulatório</u></b>
<b>CIRCULANTE</b>							
Fornecedores	13	1.791	-	1.791	1.144	-	1.144
Encargos sociais e trabalhistas	14	191	-	191	185	-	185
Empréstimos e Financiamentos	17	23.457	-	23.457	21.636	-	21.636
Debêntures	18	16.153	-	16.153	14.130	-	14.130
Obrigações tributárias	15	1.937	-	1.937	2.114	-	2.114
Obrigações regulatórias	16	1.358	-	1.358	1.147	-	1.147
PIS e COFINS diferidos	28.3	10.040	(10.040)	-	9.590	(9.590)	-
Dividendos a pagar		539	-	539	20.817	-	20.817
Contas a pagar - partes relacionadas	19	507	-	507	360	-	360
Outros passivos		5.958	-	5.958	4.597	-	4.597
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>61.931</b>	<b>(10.040)</b>	<b>51.891</b>	<b>75.720</b>	<b>(9.590)</b>	<b>66.130</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
Empréstimos e Financiamentos	17	199.037	-	199.037	219.908	-	219.908
Debêntures	18	64.585	-	64.585	75.509	-	75.509
Contingências passivas		427	-	427	957	-	957
Imposto de renda e contribuição social diferidos		148.196	(148.196)	-	128.746	(128.746)	-
PIS e COFINS diferidos		80.484	(80.484)	-	78.133	(78.133)	-
Obrigações vinculadas à concessão		-	81.061	81.061	-	83.490	83.490
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>492.729</b>	<b>(147.619)</b>	<b>345.110</b>	<b>503.253</b>	<b>(123.389)</b>	<b>379.864</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
Capital social	21	215.600	-	215.600	215.600	-	215.600
Reservas de lucros		279.404	-	279.404	215.698	-	215.698
Prejuízos acumulados		-	(254.663)	(254.663)	-	(229.102)	(229.102)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	11.078	-	11.078
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>495.004</b>	<b>(254.663)</b>	<b>240.341</b>	<b>442.376</b>	<b>(229.102)</b>	<b>213.274</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.049.664</b>	<b>(412.322)</b>	<b>637.342</b>	<b>1.021.349</b>	<b>(362.081)</b>	<b>659.268</b>

## 28.2 Demonstração do Resultado Societário e Regulatório

	Nota	31/12/2024			31/12/2023		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<b>Operações em continuidade</b>							
<b>Receitas</b>							
Disponibilização do sistema de transmissão	22	-	108.569	108.569	-	103.032	103.032
Receita de Construção		284	(284)	-	-	-	-
Receita de remuneração do ativo de contrato		125.343	(125.343)	-	118.372	(118.372)	-
Receita de operação e manutenção		9.690	(9.690)	-	9.324	(9.324)	-
Parcela Variável e outras deduções		(85)	85	-	(507)	507	-
Outras Receitas		3.623	(3.623)	-	2.616	(2.616)	-
<b>Tributos</b>							
(-) PIS/COFINS Diferidos		(2.801)	2.801	-	(2.476)	2.476	-
(-) PIS/COFINS sobre faturamento	22	(9.110)	-	(9.110)	(9.789)	-	(9.789)
<b>Encargos – Parcela “A”</b>							
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D.	22	(392)	-	(392)	(258)	-	(258)
F.N.D.C.T.	22	(392)	-	(392)	(383)	-	(383)
M.M.E..	22	(196)	-	(196)	(187)	-	(187)
TFSEE.	22	(383)	-	(383)	(392)	-	(392)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>125.581</b>	<b>(27.485)</b>	<b>98.096</b>	<b>116.320</b>	<b>(24.297)</b>	<b>92.023</b>

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>		<b>125.581</b>	<b>(27.485)</b>	<b>98.096</b>	<b>116.320</b>	<b>(24.297)</b>	<b>92.023</b>
<b>Custos gerenciáveis – Parcela “B”</b>							
Serviços de terceiros		(9.735)	-	(9.735)	(10.267)	-	(10.267)
Custo de construção		(257)	257	-	-	-	-
Materiais		(376)	-	(376)	(369)	-	(369)
Seguros		(158)	-	(158)	(289)	-	(289)
Arrendamento e aluguéis		(178)	-	(178)	(328)	-	(328)
Pessoal		(3.462)	-	(3.462)	(3.113)	-	(3.113)
Tributos		(115)	-	(115)	(23)	-	(23)
Provisão para Contingência		567	-	567	(389)	-	(389)
Depreciação e Amortização		(2)	(17.686)	(17.688)	(1)	(15.000)	(15.001)
Outros		(523)	-	(523)	(572)	505	(67)
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>		<b>111.342</b>	<b>(44.914)</b>	<b>66.428</b>	<b>100.969</b>	<b>(38.792)</b>	<b>62.177</b>
<b>Resultado financeiro</b>							
Receitas financeiras	24	4.997	-	4.997	5.700	-	5.700
Despesas financeiras	24	(30.295)	-	(30.295)	(32.581)	-	(32.581)
<b>Lucro antes dos impostos sobre o lucro</b>		<b>86.044</b>	<b>(44.914)</b>	<b>41.130</b>	<b>74.088</b>	<b>(38.792)</b>	<b>35.296</b>
<b>Despesas com impostos sobre os lucros</b>							
Imposto de renda e contribuição social corrente	25.1	(2.349)	-	(2.349)	(1.529)	-	(1.529)
Imposto de renda e contribuição social diferido	25.1	(19.450)	19.353	(97)	(17.545)	16.890	(655)

**Resultado líquido das operações em continuidade**

<u>64.245</u>	<u>(25.561)</u>	<u>38.684</u>	<u>55.014</u>	<u>(21.902)</u>	<u>33.112</u>
---------------	-----------------	---------------	---------------	-----------------	---------------

## **28.3 A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a Contabilidade Societária e Regulatória:**

### **28.3.1 Ativo da concessão, imobilizado e intangível**

Os ajustes apresentados são decorrentes da aplicação, no âmbito societário, do ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão, mas que para fins de Contabilidade Regulatória tais práticas não foram adotadas. A aplicação da ICPC 01 (R1) resultou no registro de um ativo contratual (Ativos da Concessão) enquanto, para fins regulatórios, tais montantes são registrados como Ativo Imobilizado e Intangível.

#### **No âmbito societário:**

Ativos da concessão: Inclui os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47.

#### **No âmbito regulatório:**

Imobilizado e intangível: Os efeitos da aplicação da ICPC 01 não são reconhecidos pela ANEEL e, conseqüentemente, não integram à Contabilidade Regulatória. Dessa forma, os bens vinculados à concessão, adquiridos de terceiros ou gerados internamente, são classificados como Imobilizado e Intangível de acordo com sua natureza e com os critérios estabelecidos no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

### **28.3.2 Imposto diferido**

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.1, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL e PIS/COFINS diferidos.

### **28.3.3 Patrimônio líquido**

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

#### **Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Patrimônio líquido societário</b>	<b>495.004</b>	<b>442.376</b>
Ativo de Contrato (CPC 47)	(978.637)	(948.352)
Imobilizado e intangível (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	562.384	582.243
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	152.127	132.774
Tributos diferidos - PIS e COFINS (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	90.524	87.723
Obrigações vinculadas à concessão - (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	(81.061)	(83.490)
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b>240.341</b>	<b>213.274</b>

### **28.3.4 Receita de Construção**

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, no âmbito societário é reconhecida uma receita de construção como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro

contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

### **28.3.5 Receita de Remuneração do Ativo de Concessão**

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, refere-se à remuneração dos Ativos da concessão existentes na contabilidade societária no âmbito da adoção da ICPC 01 (R1)

### **28.3.6 Receita de Operação e Manutenção**

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, no âmbito societário refere-se a receita de O&M calculada com base nos montantes de custos previstos no contrato de concessão, acrescidos de margem.

### **28.3.7 Custos operacionais**

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo o custo de construção, registrados no resultado no grupo de “Custos operacionais”.

### **28.3.8 Depreciação e amortização**

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, no âmbito societário, devido a adoção do ICPC 01, o reconhecimento dos ativos vinculados à concessão está registrado na rubrica de "Ativos da concessão", mensurados como ativos contratuais. No âmbito regulatório, os ativos vinculados à concessão são registrados como Imobilizado e Intangível resultando, consequentemente, em despesas com depreciação/amortização.

### **28.3.9 Lucro (Prejuízo) do exercício**

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

#### **Conciliação lucro (prejuízo) societário e regulatório**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Lucro líquido societário</b>	<b>64.245</b>	<b>55.014</b>
Receita bruta (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	(30.286)	(26.773)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	2.801	2.476
Custos operacionais (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	257	505
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	19.353	16.890
Depreciação regulatória	(17.686)	(15.000)
<b>Lucro líquido regulatório</b>	<b>38.684</b>	<b>33.112</b>

\* \* \*

André Augusto Telles Moreira  
Diretor Presidente

Simone Borsato  
Diretora Financeira e de  
Relação com Investidores

Thiago Borges Martins  
Controller  
CRC/RJ 116409/O